

**TRADIÇÃO E INOVAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO
DAS ILHAS DE SOLOR E TIMOR: 1650-1750**

por

Artur Teodoro de Matos

1. A história de Timor, feita com o recurso a documentos escritos, apenas começa com a chegada dos portugueses. No entanto, como os povos letrados que, atraídos pelo comércio do sândalo, visitaram a ilha deixaram alguns testemunhos escritos, há entre o período pré-histórico e o histórico uma zona de penumbra ou período proto-histórico, que se estende do século XIII ao XVI. O sândalo, que só se dá em climas com uma estação seca bem marcada, é espontâneo nas ilhas da Pequena Sonda, abundando sobretudo em Timor e em Sumba. Embora, ao que parece, o seu cultivo tivesse sido introduzido no sul da Índia nos primeiros séculos da nossa era, continuava a ser Timor o seu principal produtor, e isso atraiu para a ilha as atenções do comércio internacional, como sucedeu também em Maluco devido ao cravo e em Banda graças à noz-moscada. É na literatura chinesa, onde o sândalo tinha enorme procura, que ocorrem as mais antigas e mais extensas alusões a Timor, como o demonstrou Roderich Ptak.

É, de facto, através da documentação portuguesa que conhecemos razoavelmente a organização social e política de Timor à chegada dos europeus. Sabemos, assim, que os timorenses, à semelhança da maioria dos povos austronésicos, estavam organizados em chefaturas hierarquizadas, e que no caso de Timor a sua hierarquia comportava quatro níveis.

O primeiro nível, constituído por um pequeno grupo de famílias, é o que em Timor se costuma designar por *povoação*, o que não significa que as casas formem de facto povoados compactos, pois, excepto na ponta Leste e nas terras baixas onde predomina a orizicultura intensiva, como Suai e Manatuto, as casas estão dispersas pelos montes, em pequenos agrupamentos de não mais de meia dúzia. Os chefes de povoação formavam tradicionalmente uma espécie de baixa nobreza, a classe dos *timungões* ou *tumungos*; mas este termo caiu praticamente em desuso em português moderno. Várias povoações formam

um *suco* sob a autoridade de um *chefe de suco* ou *dato*, i. e. "nobre". O suco é a unidade fundamental de organização social timorense. Vários sucos formam um *reino* ou *regulado*, sob a autoridade de um chefe invariavelmente designado nos antigos textos portugueses por *rei*; chama-se-lhe em tétum *liurai* termo que passou também ao português.

Em finais do século XVI, quando surgem as primeiras descrições detalhadas da organização social timorense, a ilha dividia-se em dois *impérios* ou confederações de reinos: o dos Belos, correspondente ao actual Timor Leste mais a faixa fronteiriça de Timor indonésio, e o do Servião, correspondente ao resto de Timor indonésio mais o actual enclave de Oé-cússi.

Os textos portugueses designam por "imperador dos Belos" o suserano dos liurais dos Belos, que residia em Bé-Háli ou Uai-Háli, na planície da costa sul de Timor, hoje do lado indonésio mas relativamente próximo da fronteira. Na metade ocidental da ilha, dita "Província do Servião" (provavelmente de Sorbian, nome de um pequeno porto de mar sito imediatamente a oeste do enclave de Oé-Cússi), habitada pelos baiquenos, havia paralelamente um outro *imperador*, o Senobai, que residia em Oenam, no interior da ilha, um pouco ao sul da actual fronteira de Oé-Cússi. Havia, contudo, uma diferença importante entre as duas metades da ilha: enquanto que os povos do Servião falavam praticamente todos a mesma língua (o baiqueno, a que os holandeses chamaram *timoreesch*), os Belos falavam uma boa vintena de línguas e dialectos diferentes, nem todos de origem austronésica, servindo-se do tétum (a língua de Bé-Háli) apenas como língua veicular e, portanto, como segundo idioma. A fragmentação política era também maior do lado dos Belos, onde por volta de 1700 se contavam ao todo 46 reinos, ao passo que no Servião havia apenas 16.

A sucessão dos régulos e chefes de suco é semi-hereditária semi-electiva: morto um chefe, o povo pronuncia-se sobre a sucessão (outrora eram só os datos quem se pronunciava), podendo confirmar o filho do defunto ou eleger outro membro da linhagem real; o direito de primogenitura não é estrito, e é frequente que a escolha recaia sobre um filho segundo, ou mesmo um sobrinho paterno ou um primo. Em caso de morte ou impedimento do liurai o poder ou é entregue à rainha viúva ou a uma junta de cinco datos designada por *parlamento*; esta era a solução obrigatoriamente adoptada quando um régulo

era deposto por qualquer motivo, pois o costume vedava que enquanto fosse vivo se procedesse à eleição de um sucessor.

Abaixo da nobreza, constituída pelos datos, uma segunda classe era tradicionalmente constituída pelos timungões ou chefes de povoação, a que aludimos já. Segue-se-lhe o comum do povo, designado muitas vezes, pejorativamente, por *cuda-reinu*, «cavalos do reino», nome que indica a sua sujeição aos chefes e os trabalhos humildes em que se ocupa. Abaixo dele havia, outrora, os escravos, ditos em tétum *ata*, cuja situação não era, aliás, muito desfavorável: eram considerados parte da família e designados por *ôan-cáruc*, "filhos da mão esquerda", sendo facilmente alforriados por seus amos, ficando nesse caso a pertencer à mesma classe social que estes; apenas os libertos dos liurais se não podiam tornar liurais.

2. Os primeiros missionários a instalar-se na Insulíndia foram os jesuítas, que mantiveram missões em Maluco a partir de 1546. Mais tarde (1615-1682) tiveram-nas também em Macaçar e, episodicamente, em outras ilhas em redor. Logo em 1559, treze anos apenas após a sua chegada ao arquipélago, os jesuítas de Maluco formaram o projecto de enviar a Solor ou a Timor uma expedição missionária; no ano seguinte um rei cristão da ilha, que não podemos identificar, certamente um dos convertidos de Frei António Taveira — um dominicano que aí desembarcara em 1556, baptizando então umas cinco mil almas, ignora-se em que região — insistia com eles para que lhe mandassem padres "para fazer seu reino cristão"; mas, por falta de pessoal, não foi possível atender ao seu pedido. Foram assim os dominicanos, que em 1554 haviam iniciado a construção de um convento em Malaca, os primeiros a abordar Timor, razão por que o brasão de Timor Português incluía ao lado das quinas o emblema da ordem de S. Domingos.

Em 1558 foi criado o bispado de Malaca, de que foi primeiro bispo um dominicano, D. Frei Jorge de Santa Luzia, que a partir de 1561 passou a enviar regularmente missionários seus confrades para Solor, esperando certamente que, aproveitando o transporte que lhe facultavam os tratantes, daí irradiassem a sua acção evangelizadora para as ilhas circunvizinhas. Um dos primeiros dominicanos a seguir para Solor foi Frei António da Cruz, que em 1562 fundou aí um convento e, para o proteger de qualquer ataque, ergueu à sua volta uma tranqueira (paliçada de troncos de palmeira); a tempo o fez,

pois dois anos mais tarde Solor era atacada por uma flotilha de jaus, a que a pequena comunidade cristã pôde assim resistir com sucesso, com o auxílio de um galeão português surto no porto.

Foi só por volta de 1590 que Frei Belchior da Luz desembarcou em Timor, estabelecendo-se no reino de Mena, que os portugueses frequentavam já por causa do sândalo, onde ergueu uma igreja. O filho do rei local foi educado em Malaca e batizado com o nome de D. Lourenço. Mas tampouco esta segunda tentativa de evangelização teve continuidade.

O estabelecimento definitivo dos dominicanos em Timor deve-se a Frei Cristóvão Rangel, que em 1633 fixou morada no reino de Silabão, no extremo noroeste da Província dos Belos. Em Timor, os missionários buscaram converter primeiramente os régulos e a classe dirigente em geral, partindo do princípio que a massa do povo os seguiria; a aristocracia converteu-se, de facto, assaz rapidamente, mas a cristianização do povo foi muito mais lenta, só vindo a consumir-se em nossos dias. Também o hinduísmo e o budismo se haviam difundido no Sueste Asiático a partir das cortes e das aristocracias locais.

Os primórdios da conversão de Timor ao catolicismo são contemporâneos da cristianização das Filipinas, conquistadas pelos espanhóis entre 1565 e 1571. Há, contudo, uma diferença importante: as Filipinas converteram-se na sequência da conquista, que fazia do cristianismo a religião do poder, e dos cristãos a classe dominante; em Timor a aristocracia converteu-se espontaneamente, cerca de um século antes de desembarcar em Timor o primeiro governador português. Quando este chegou, em 1702, como se vê pela lista das entidades que presenteou, já pelo menos dezassete régulos e mais alguns caudilhos militares tinham nome cristão e sobrenome português, o que mostra bem que estavam já cristianizados e, de certo modo, lusitanizados.

O cristianismo penetrou assim em Timor do mesmo modo que o hinduísmo, o budismo e mais tarde o Islão penetraram na Ásia do Sueste: não na sequência de uma conquista militar, mas como uma consequência do comércio, que facultou a importação de letrados e mestres religiosos de regiões culturalmente mais desenvolvidas.

Entre 1597 e 1600 o número de alunos andava pelos 50; mas não sabemos quantos eram oriundos da ilha de Timor.

3. Não se sabe exactamente de quando data o costume dos régulos que se convertiam ao catolicismo se declararem vassallos del-rei de Portugal; mas, seja como for, é claro que antes do terceiro quartel do século XVII tal vassalagem, a existir, era sobretudo simbólica e honorífica, pois continuava a não haver qualquer autoridade portuguesa permanente em Timor.

Apenas em Solor residia desde 1585 um capitão português, que comandava a guarnição do forte erguido pelos dominicanos, intitulado a partir de começos do século XVII "capitão das ilhas de Solor e Timor"; mas mesmo esse, embora muitas vezes formalmente nomeado pela chancelaria régia ou pela do vice-rei da Índia, não era normalmente escolhido no Reino nem em Goa, mas um *casado* de Malaca ou de Solor, designado por acordo entre os frades e o capitão de Malaca. Quando, na década de 1630, D. Filipe III enviou para Solor um capitão de sua escolha os dominicanos expulsaram-no. O capitão não vencia qualquer ordenado do erário público, vivendo de *prois e precalços*, isto é, de facilidades de que desfrutava para o comércio, emolumentos que cobrava às partes para lhes administrar justiça, multas que applicava, etc. A esses rendimentos, as mais das vezes pagos em sândalo, juntava-se o *tutai*, pensão em cestos de arroz e porcos, fornecidos pelos reis locais.

Como no século XVI acontecera no golfo de Bengala e nos mares da China, a quase ausência de autoridade portuguesa favorecia o estabelecimento de aventureiros. Os que se radicaram em Timor eram sobretudo *topazes*, termo cuja significação explicámos já. Os holandeses chamavam-lhes *Zwarte Portugezen*, "portugueses pretos", e os ingleses *Black Portuguese*. Os topazes agiam por sua conta e risco, quer se dedicassem ao trato comercial, quer à guerra, com hostes de apaniguados que armavam e mantinham; de começo estariam como mercenários ao serviço dos frades ou de potentados nativos, mas cedo começaram a tornar-se por seu turno em potentados locais, talhando para si domínios em que ditavam a lei e desenvolviam a sua própria política.

As mais célebres famílias de topazes são os Costas, vindos de Larantuca, nas Flores, e os Hornays, descendentes de um trânsfuga holandês convertido ao catolicismo, que desposou uma mulher timorense (que por seu turno ao enviuar casou em segundas núpcias com um macaísta, mestiço de português e china). Ora aliadas ora rivais, ambas as

famílias vieram a estabelecer-se no Oé-Cússi, desempenhando um papel importante na história de Timor. Parece que acordaram governar alternadamente o território, cruzando-se ao mesmo tempo entre si. No entanto a actual linhagem reinante de Oé-Cússi usa o sobrenome Costa.

Enquanto os missionários iam, paulatinamente, evangelizando Timor, desenhavam-se em toda a região importantes transformações políticas, que acabariam por se reflectir na nossa ilha, cada vez menos isolada e mais envolvida por uma conjuntura internacional complexa. Os dois factos capitais para Timor são a chegada dos holandeses e o despertar de Celebes.

Os holandeses chegaram à Insulíndia em 1596; foi em 1613 que pela primeira vez apareceram na zona de Timor, atacando o forte de Solor de que se apoderaram ao cabo de três meses de cerco. Retiveram-no dois anos, após o que o abandonaram por não dar lucro que justificasse mantê-lo; mas em 1618 ocuparam-no de novo, para o evacuarem e arrasarem em 1629. Os dominicanos desinteressaram-se, contudo, da pequena ilha de Solor e em 1636 mudaram a sua sede para Larantuca, no extremo oriental das Flores; abandonada pelos portugueses, Solor veio a ser definitivamente incorporada nas possessões da VOC (*Vereenigde Oostindische Compagnie*, a Companhia Holandesa das Índias Orientais) em 1646. Apesar disso os portugueses continuaram até ao século XIX a empregar a expressão "ilhas de Solor e Timor" para designar o conjunto dos seus estabelecimentos na região. Em 1661 foi assinada uma paz entre Portugal e a Holanda, o que permitiu aos portugueses comerciarem com Batávia; mas em Timor poucos resultados efectivos veio a ter, pois os agentes locais da VOC, ignorando-a na prática, continuaram a desenvolver uma política expansionista e hegemónica.

Receosos dos holandeses, os portugueses decidiram estabelecer-se no Cupão, que possuía a baía mais vasta e mais abrigada da ilha, o golfo de Babau. Frei António de São Jacinto foi mais uma vez o negociador: o rei e a rainha do Cupão foram baptizados com os nomes de D. Duarte e D. Mariana, e a 29 de Dezembro de 1645 assinaram um termo de sujeição a Portugal.

O estabelecimento dos holandeses no Cupão veio complicar ainda mais a situação de Timor, pois logo começaram a atrair régulos ao seu partido e a ameaçar os reinos fiéis aos portugueses. É certamente essa a razão por que os capitães-mores de Solor e Timor deixam

em meados do século XVII Larantuca e passam a residir nesta ilha, sediando-se em Lifau, no Oé-Cússi; tal parece ser já o caso de Francisco Carneiro de Sequeira, *c.* 1651, e seguramente o de Simão Luís (*c.* 1662-1664).

É pela mesma razão que se torna cada vez mais vultosa a presença de topazes larantuqueiros em Timor, sobretudo no Servião, a zona mais rica em sândalo e mais ameaçada pelos holandeses, a partir do seu forte do Cupão. Seria fastidioso enumerar as peripécias de tais lutas; basta notar que foi assim que, por volta de 1655, Mateus da Costa e António Hornay vieram para Timor à testa das suas companhias de larantuqueiros, participando *c.* 1659 numa expedição punitiva contra o rei de Amaneci que se mancomunara com os holandeses. Daí até a finais do século, através de sucessivas usurpações, ora meramente toleradas, ora confirmadas, à falta de melhor, pelo governo de Goa e mesmo por Lisboa, Costas e Hornays monopolizaram a capitania-mor de Timor: António Hornay (1666-1669), Mateus da Costa (1671-1673), António Hornay (*c.* 1673-1693), Francisco Hornay (1694-1696), Domingos da Costa (1697-1702). Os interlúdios foram curtos: a capitania de Fernão Martins da Ponte (1669-1670), expulso por um levantamento em que tomaram parte os frades, e a de Manuel da Costa Vieira, eleito pelo povo à morte de Mateus da Costa (1673), mas logo demitido pela força por António Hornay. Um capitão-mor enviado por Goa na década de 1680, João Antunes Portugal, não conseguiu sequer desembarcar, por este lho impedir.

Os sucessivos capitães topazes resistiram eficazmente aos holandeses, e é essa uma das razões por que Goa os tolerou; mas promoveram uma exploração intensiva do sândalo que nalgumas regiões quase o levou à extinção. Sobretudo, não o negociavam, segundo tudo leva a crer, através de Macau, o que exasperou os macaístas.

A evangelização dos Belos veio a ser prosseguida pelos dominicanos, com especial relevo para Frei Manuel de Santo António, dominicano natural de Goa, chegado à ilha em 1698. Fugindo do conturbado Servião, pressionado pelos holandeses e assolado pelas lutas pelo poder, preferiu ir missionar entre os Belos, estabelecendo-se no reino de Luca; convertido este, partiu a catequizar os reinos vizinhos. Um dos seus convertidos, D. Mateus da Costa, régulo de Viqueque, tomado de uma espécie de espírito de cruzada, empreendeu uma série de campanhas a submeter as regiões limítrofes e persuadi-las a aceitar a suserania portuguesa e a fé cristã. A este surto de conversões e vassalagens não

foram provavelmente estranhos os rumores que corriam, de que os macaçaes se preparavam para conquistar o País dos Belos.

Entretanto a precária situação do Servião causava preocupação em Macau, porta da China, que era, como sabemos, o destino principal do sândalo. Em certos períodos (como entre 1672 e 1678) o comércio do sândalo entre Timor e Macau fez-se em navios do Estado, em que os mercadores tomavam *bague*, isto é, quinhão; noutros deu-se a todos os moradores de Macau liberdade para armar para Timor. Em qualquer dos casos o Leal Senado de Macau, que representava os habitantes, tinha grande interesse nesse trato. Foi de Macau que partiram as mais acerbadas queixas contra os capitães topazes de Timor. Goa começou a pensar em enviar contra eles uma expedição militar, como o bispo de Cochim sugerira em 1690. Um governador, nomeado pelo poder central, substituiria daí em diante os capitães-mores locais.

A primeira tentativa teve lugar em 1696, e o governador escolhido foi António de Mesquita Pimentel, um fidalgo de Macau; mas o comportamento tirânico que adoptou levou Goa a demiti-lo no ano imediato, o que se tornara desnecessário, pois já Domingos da Costa, filho bastardo de Mateus da Costa o expulsara, apossando-se do poder. O seu sucessor designado, André Coelho Vieira, igualmente macaense, não chegou sequer a Timor, pois Domingos da Costa deteve-o em Larantuca e reenviou-o para Macau.

Foi nessas circunstâncias que em 1701 o vice-rei António da Câmara Coutinho decidiu empreender uma nova tentativa, nomeando o secretário-geral do Estado da Índia, António Coelho Guerreiro, para governador de Timor. António Coelho largou de Goa com armas e munições e 50 homens de guerra, a que em Macau juntou mais 32. À chegada a Larantuca, Domingos da Costa, que se encontrava aí, pôs-lhe as suas condições para o deixar desembarcar: el-rei de Portugal podia intitular-se rei das ilhas de Solor e Timor, mas não interferiria nos seus negócios internos, deixando-as governar-se como república autónoma, meramente aliada dos portugueses. Coelho Guerreiro não aceitou tais condições e tentou forçar o desembarque; mas foi repellido às bombardadas, e decidiu rumar a Lifau. Aí assistia como lugar-tenente do capitão-mor Domingos da Costa um macaense seu cunhado, Lourenço Lopes; Coelho Guerreiro negociou com ele, graças à mediação de Frei Manuel de Santo António, oferecendo-lhe a patente de tenente-general, foro de escudeiro

ou de fidalgo e mesmo um hábito da Ordem de Cristo. Lourenço Lopes acabou por ceder, e a resistência dos seus companheiros foi dominada.

Assim, a 20 de Fevereiro de 1702, na capela de Santo António em Lifau, foi António Coelho Guerreiro empossado por Frei Manuel de Santo António como primeiro governador português de Timor. Entretanto, sem que em Timor se soubesse, Frei Manuel fora escolhido por D. Pedro II para bispo de Malaca com a residência em Lifau, vindo contudo a receber a sagração episcopal em Macau apenas em 1705.

O novo vice-rei da Índia, Caetano de Melo e Castro (1702-1707), resignara-se já a contemporar mais uma vez com os topazes caso Coelho Guerreiro tivesse entretanto fracassado, fazendo-o regressar a Goa a pretexto de ter exorbitado das ordens recebidas. Assim, foi sem que em Goa ou em Lisboa se houvesse dado por tal, que a história de Timor entrou em nova fase.

4. António Coelho Guerreiro foi um governador assaz activo que, além de ter lançado as bases da organização política e militar por que Timor se regeria por dois séculos, empreendeu a fortificação de Lifau. Ao mesmo tempo construiu fortificações em outros portos da costa, nomeadamente em Batugadé, que era um dos principais portos do País dos Belos.

Os liurais estavam contentes com o seu governo e pediram a El-Rei que o reconduzisse no cargo. Foi sobretudo às manobras de D. Frei Manuel de Santo António, bispo-eleito de Malaca, que se deveu o seu embarque para a Índia ao fim do primeiro triénio de governo, a despeito de ter sido reconduzido para um segundo: em 1705, aproveitando-se das instruções ambíguas do vice-rei, Frei Manuel forçou o seu embarque para Goa, após o que assumiu interinamente o governo; não conseguiu, contudo, chegar a acordo com Domingos da Costa que o pretendia igualmente. Dias depois, todavia, tendo recebido a confirmação papal à sua nomeação como bispo de Malaca, partiu para Macau a receber a sagração. Utilizando uma provisão com o nome do provido em branco que lhe dera o vice-rei, entregou o governo a Lourenço Lopes, cunhado de Domingos da Costa, conferindo-lhe o posto de capitão-mor.

De regresso a Timor o bispo recomeçou as suas brigas com os sucessivos governadores, até que em 1722 António de Albuquerque Coelho — um mestiço brasileiro,

filho bastardo de um governador do Maranhão, que governara já Macau — inaugurou a sua governação expulsando da ilha o bispo. D. Frei Manuel de Santo António veio a falecer em 1734 sem ter regressado a Timor.

5. António Coelho Guerreiro lançou os fundamentos de uma organização que, apenas com ligeiros retoques, iria vigorar durante dois séculos, até ao governo de Celestino da Silva (1894-1908); alguns dos seus elementos, como a organização militar baseada nas companhias de moradores, durariam mais ainda, atingindo os nossos dias, para só desaparecerem com a ocupação indonésia. Regulamentou a matrícula das tropas; construiu diversas tranqueiras ao longo da costa; criou os lugares de secretário do governo e ministro da justiça; elaborou o primeiro orçamento de Timor; e redigiu regimentos para o secretário do governo, para o ouvidor e para o escrivão da matrícula, deixando assim regulamentados os principais cargos da administração central.

A administração local não existia, uma vez que os régulos continuavam a governar seus reinos sem interferência do poder central. Os seus deveres limitavam-se a pagar-lhe um tributo ou *finta*, fixado por acordo entre cada reino e o governador, a fornecer-lhe homens de armas e um certo número de *auxiliares*, homens escalados por turnos para serviço do governo e execução das obras públicas que se tornassem necessários. É interessante notar como este sistema se mesclou às tradições e à cultura local: a finta ou tributo pago pelos vários reinos ao governador português, que representava El-Rei, veio a ser conhecida por *siripinão*. A masticação de bétele e areca é em Timor, como em toda a Insulíndia, elemento importante dos rituais sociais, em que tem um significado de fraternidade e comunhão ritual. Esse pormenor mostra a assimilação da relação vassálica dos régulos de Timor para com a Coroa portuguesa ao tradicional universo cultural timorense, em que a vassalagem era considerada um acto sagrado e o tributo uma prestação semi-religiosa, envolvendo um rito de fraternização.

Coelho Guerreiro projectava organizar um efectivo militar de seiscentos e tal homens, compreendendo um corpo de 60 artilheiros. Como vimos já, em Goa só recebeu 50 homens a que em Macau pôde juntar ainda 32. Foi provavelmente essa dificuldade em recrutar fora da ilha tropas para Timor que o levou a empreender a sua obra mais original e mais duradoura: a militarização das estruturas tradicionais de Timor.

Atribuiu ao imperador do Servião o posto de brigadeiro, aos régulos patentes de coronel, aos regentes de reino de tenente-coronel, aos datos e timungões de sargentos-mores e capitães, conforme a sua importância. Passadas em nome del-rei de Portugal, essas cartas-patentes foram frequentemente vistas como detentoras de um certo poder mágico-religioso, razão porque ainda hoje se encontram muitas depositadas nas *uma-lúlic* (repositório dos paládios de cada reino e outros objectos sagrados) dos diferentes reinos e sucos. Em caso de guerra, enquadrando os arraiais de moradores dos vários reinos, esses graduados acorriam ao chamado do governador, que assim escapava à dependência dos topazes, tantas vezes renitentes, podendo mesmo contrapor às suas outras forças militares.

O comando supremo desses contingentes foi confiado a um tenente-general, escolhido de entre os régulos; abaixo dele havia três capitães-mores, também escolhidos pelo governador de entre os liurais, um para os Belos, outro para o Servião e outro para Larantuca e demais reinos vassallos das Flores.

O sistema assim criado por António Coelho Guerreiro, que iria durar dois séculos, apresenta, pois, nitidamente o carácter de um compromisso ou simbiose entre as instituições lusas e as tradições nativas. O consenso a que se chegara parecia satisfatório, e em Agosto de 1703 vinte e três dos vinte e cinco reis que haviam aceitado a suserania portuguesa escreviam ao rei manifestando o seu contentamento com a actuação de Coelho Guerreiro, pedindo-lhe que o mantivesse no posto durante pelo menos mais seis anos.

O carácter consensual e simbiótico da consolidação da presença portuguesa em Timor está, porém, longe de implicar que as relações entre os diversos poderes fossem um mar de rosas. Na distribuição de patentes Coelho Guerreiro ignorara, por certo deliberadamente, as prerrogativas de Camenaça e Luca, considerando os seus liurais vassallos da Coroa portuguesa ao mesmo nível dos demais. É possível que esse nivelamento tenha provocado ressentimentos e que esteja na origem do *pacto de Camenaça*, uma espécie de conspiração anti-portuguesa, que, urdida em 1719 só veio a ter efeitos práticos com a guerra de Cailaco em 1725-1726.

Há que notar, por outro lado, que a suserania portuguesa não foi de imediato aceita por todos os reinos de Timor. O chamado "partido real" era, em Setembro de 1703 seguido por 25 reinos, dos cerca de 62 que havia na ilha: 21 da Província dos Belos, onde se contavam ao todo 46 reinos, e apenas 4 do Servião, onde eram ao todo 16. Embora a

capital continuasse em Lifau, no Servião, eram já então sobretudo os Belos, mais fragmentados politicamente e menos auto-suficientes, a sustentar os portugueses — o que renunciava já a futura divisão da ilha.

A conflitualidade era endémica: como um antigo governador de Timor, Afonso de Castro, resumiria admiravelmente em 1867, "as rebeliões em Timor teem sido successivas, podendo dizer-se que a revolta é ali o estado normal e a tranquilidade o excepcional". Seria no entanto erróneo pintar a história de Timor como uma imensa rebelião das populações locais contra o domínio português, como notava o mesmo autor¹.

Seja como for, a presença portuguesa em Timor, tão tardia quando comparada com o que se passou em Goa, Malaca, Maluco ou Macau, e de origens tão especiais, acabou por se mostrar mais duradoura do que em regiões onde parecia mais solidamente firmada, e por permanecer estável praticamente até aos nossos dias.

BIBLIOGRAFIA

- BOXER, Charles Ralph, "The Topasses of Timor", in *Mededelingen* 73, Kon. Ver. Ind. te Amstardam, 1947.
- CASTRO, Afonso de, *As Possessões Portuguezas na Oceania*, Lisboa, 1867.
- CASTRO, Gonçalo Pimenta de, *Timor, Subsídios para a sua História*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1944.
- FIGUEIREDO, Fernando, "Timor" in *História dos Portugueses no Extremo Oriente*, dir. de A. H. de Oliveira Marques, vol. III, Lisboa, Fundação Oriente, 2000.
- GUNN, Geoffrey C., *Timor Loro Sae - 500 Years*, Macau, Livros do Oriente, 1999.
- JACOBS, Hubert, *Documenta Malucensia, I (1542-1577)*, ed. de ..., Roma, Institutum Historicum Societatis Iesu, 1974;
- _____, *The Jesuit Makassar Documents (1615-1682)*, Roma, Jesuit Historical Institute, 1988.
- LEITÃO, Humberto, *Os Portugueses em Timor e Solor de 1515 a 1702*, Lisboa, 1948.
- _____, *Vinte e oito anos da história de Timor (1698 a 1725)*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1952.
-

- MATOS, Artur Teodoro de, *Timor Português 1515-1769. Contributo para a sua História*, Lisboa, Instituto Histórico Infante D. Henrique, Faculdade de Letras 1974
- MORAIS, Capitão A. Faria de, *Subsídios para a História de Timor*, Bastorá, Goa, 1934.
- NORDHOLT, H. G. Schulte, *The Political System of the Atoni of Timor*, Verhandelingen van het Koninklijk Instituut voor Taal, Land- en Volkenkunde, Martinus Nijhoff, Haia, 1971.
- OLIVEIRA, Luna de, *Timor na História de Portugal*, vol. I, Lisboa, Fundação Oriente, Lisboa, 2004.
- PTAK, Roderich, "The Transportation of Sandalwood from Timor to China and Macao, c. 1350-1600", in Roderich Ptak (dir.) *Portuguese Asia: Aspects in History and economic History (sixteenth and seventeenth centuries)*, Franz Steiner Verlag Wiesbaden GMBH, Estugarda, 1987.
- ROEVER, Arend de, *De jacht op sandelhout - De VOC en de tweedeling van Timor in de zeventiende eeuw*, Walburg Pers, Zutphen, 2002.
- TEIXEIRA, Padre Manuel, *Macau e a sua Diocese*, vol. X, Macau, 1974.
- THOMAZ, Luís Filipe Reis, "Timor e Solor" in *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, direcção de Carlos de Azevedo, vol. IV, Lisboa, Círculo de Leitores, 2001.
- _____, "Timor: O Protectorado Português" in *História dos Portugueses no Extremo Oriente*, dir. de A. H. de Oliveira Marques, vol. II, Lisboa, Fundação Oriente, 2001.